

Síntese

Carta da INDÚSTRIA

Senhor(a) Candidato(a),

Indústria e Estado devem trilhar um caminho conjunto em direção ao desenvolvimento e competitividade. As oportunidades devem ser aproveitadas e os desafios superados por meio da cooperação, destacando-se a importância do setor industrial na economia catarinense.

A conjugação de forças é a rota para o futuro que Santa Catarina almeja e merece.

Um futuro que apenas será alcançado por meio da integração de agendas rumo a uma indústria mais competitiva e a um Estado mais desenvolvido.

FIESC

A FORÇA DA INDÚSTRIA CATARINENSE

Síntese

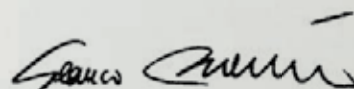
Carta da INDÚSTRIA

Senhor(a) Candidato(a),

Indústria e Estado devem trilhar um caminho conjunto em direção ao desenvolvimento e competitividade. As oportunidades devem ser aproveitadas e os desafios superados por meio da cooperação, destacando-se a importância do setor industrial na economia catarinense.

A conjugação de forças é a rota para o futuro que Santa Catarina almeja e merece.

Um futuro que apenas será alcançado por meio da integração de agendas rumo a uma indústria mais competitiva e a um Estado mais desenvolvido.



Glauco José Côrte
PRESIDENTE DA FIESC



>> É necessário assegurar condições de competitividade para que a indústria possa fazer a sua parte.

Parceria para o crescimento

Em uma moderna economia de mercado, a soma de forças dos setores público e privado é a chave para o desenvolvimento social e econômico de uma nação ou de uma região. Nesse arranjo, cabe aos empreendedores a tarefa de investir recursos e *expertise* em projetos que gerarão empregos e riquezas. Mas, para que o sistema produza o almejado desenvolvimento, é essencial que o Setor Público trabalhe na construção de um ambiente favorável aos investimentos e à produção. A história demonstra que ninguém é mais eficiente para produzir riquezas do que o empreendedor. Tudo o que ele precisa é de condições de competitividade global.

No Brasil, observam-se barreiras à criação e ao desenvolvimento de negócios nas mais variadas dimensões da atividade produtiva, tais como: carga tributária; custos do trabalho elevados; infraestrutura e logística pouco eficientes; legislação trabalhista inadequada; educação insuficiente; insegurança jurídica; e burocracia crescente. O quadro é sintetizado pelos diversos rankings que definem parâmetros para a competitividade global dos países. Em todos eles, o Brasil está mal colocado. Um exemplo tem-se no estudo “Competitividade Brasil 2013”, da Confederação Nacional da Indústria (CNI), ao relatar que o País ficou à frente somente da Argentina em um ranking de competitividade entre 15 países com características parecidas.

Nos últimos anos, a indústria tem enfrentado dificuldades. A redução da competitividade, principalmente em razão de fatores não gerenciáveis pelos empresários, resultou em perda de mercados no exterior e no Brasil, afetado pela importação de grande quantidade de produtos manufaturados. Tradicionalmente superavitária, de 2009 para cá, a Balança Comercial de Santa Catarina vem apresentando déficits cada vez maiores.

A situação é relevante em Santa Catarina, em função do peso que a indústria tem na economia. O Estado tem o quarto maior parque industrial e o quinto maior número de trabalhadores na indústria, apesar de seu pequeno tamanho e população. Os salários da indústria de Santa Catarina representam um terço da massa salarial total, enquanto no Brasil a indústria responde por apenas um quinto. Esses dados comprovam o quanto é fundamental para o desenvolvimento do Estado o aumento da competitividade industrial.

É para a construção de condições de competitividade favoráveis que a indústria propõe uma parceria com o Setor Público, visando o desenvolvimento. Esta Carta contém a visão do setor sobre o desenvolvimento estadual, sob a perspectiva da competitividade da indústria, identificando o que é necessário fazer para a criação de um ambiente favorável aos negócios. A visão de quem conduz o processo produtivo no dia a dia é o testemunho mais realista dos fatores que, de fato, influenciam a competitividade das indústrias catarinenses.

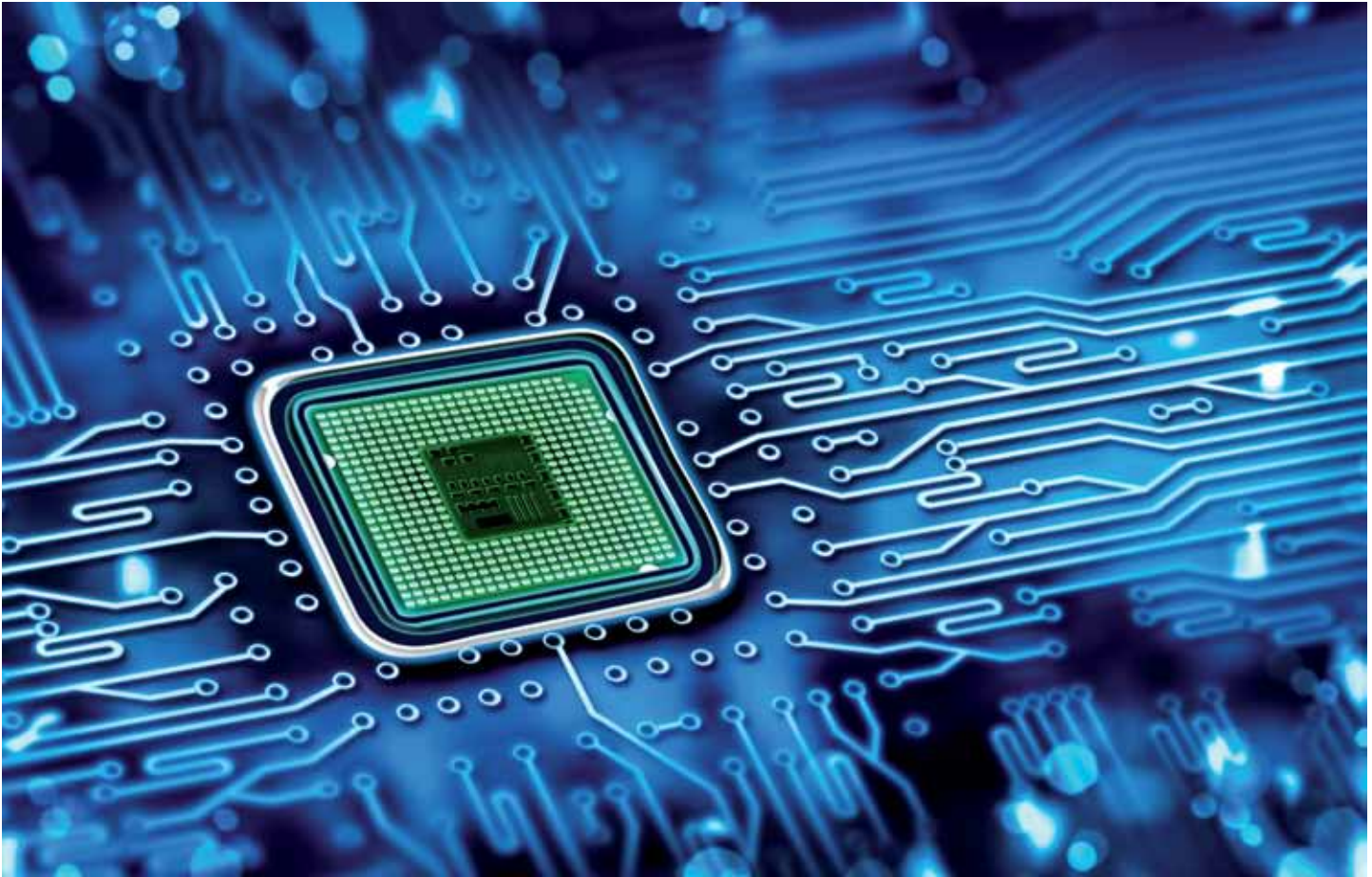
Para a formulação deste documento, a FIESC realizou pesquisa de opinião com 360 industriais e executivos de todas as regiões do Estado, representantes dos setores industriais catarinenses de maior relevância. Os empresários assinalaram os pontos críticos que são transversais à atividade em Santa Catarina, e, também, especificaram questões regionais. A lista de prioridades apontadas constitui, assim, a Agenda da Indústria Catarinense para o Poder Público.

A amostra selecionada é composta por 8% de industriais gestores de empresas de grande porte, 41% de médio porte, 47% de pequeno porte e 4% de micro empresas. Dentre as mesorregiões, 28% dos respondentes são do Vale do Itajaí; 23% do Oeste; 21% do Norte; 15% do Sul; 7% da Grande Florianópolis e 6% da mesorregião Serrana. Quanto ao comércio exterior, 47% das indústrias não importam nem exportam produtos; 25% exportam e importam; 15% somente importam e 13% somente exportam.

A formulação da Carta contou, também, com outros estudos realizados e resulta de um amplo trabalho que a FIESC vem desenvolvendo com o propósito de contribuir para o desenvolvimento catarinense. As ações incluem debates e estudos que contam com a intensa presença de representantes da indústria e dos demais segmentos produtivos, do governo, de instituições de ensino e de líderes regionais. Destacam-se: o Fórum Estratégico Superior da FIESC; diversas reuniões de dirigentes de empresas e sindicatos; e o Programa de Desenvolvimento Industrial Catarinense (PDIC 2022). Desse modo, além da Agenda, este documento incorpora uma série de informações e análises sobre o Estado, que serão úteis às equipes técnicas de governantes e legisladores.

A Carta da Indústria deve ser apresentada aos candidatos que disputarão as eleições para a Presidência da República e para o Governo do Estado de Santa Catarina deste ano de 2014, bem como aos candidatos a cargos legislativos federais e estaduais. O objetivo da FIESC é levar ao conhecimento dos candidatos a Agenda da Indústria, para que possam incorporá-la em seus Planos de Governo e em suas atividades legislativas.

>> O Estado tem o quarto maior parque industrial e o quinto maior número de trabalhadores na indústria, apesar de seu pequeno tamanho e população.



>> Investir na competitividade industrial é essencial para a qualidade de vida avançar ainda mais em Santa Catarina.

A indústria e o desenvolvimento

Santa Catarina exhibe alguns dos melhores indicadores socioeconômicos do País. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que considera educação, renda e saúde, é o terceiro melhor do Brasil. A qualidade de vida conquistada por Santa Catarina se expressa também por indicadores como a longevidade, que é a maior do Brasil: a expectativa de vida ao nascer do catarinense é de 76,8 anos. Já a taxa de mortalidade infantil é cerca de metade da média nacional. Os índices de escolaridade e de qualidade da educação também estão entre os mais altos do País. Segundo o índice de Gini, que mede a distribuição de renda, o Estado é a mais igualitária unidade da Federação, e é líder em empregos com carteira assinada.

Tais conquistas devem-se a parcerias para o desenvolvimento envolvendo os setores público e privado. Há décadas, as indústrias espalhadas pelo Estado são o esteio de uma economia forte, o que permitiu a geração de riquezas e a edificação de um Estado mais desenvolvido do que a média nacional. Diversificada e descentralizada, a indústria ajudou a levar o desenvolvimento a todas as regiões de Santa Catarina, com o apoio de políticas públicas, por meio de polos setoriais especializados, que obtiveram grande êxito ao longo do tempo. No Oeste, destaca-se o polo agroalimentar; no Planalto Serrano, o de base florestal; no Norte, a indústria eletro-metalmeccânica e a moveleira; no Vale do Itajaí, têxtil e confecções; na Grande Florianópolis estrutura-se um setor de tecnologias da informação e comunicação (TIC); e no Sul, destaca-se a indústria cerâmica e química.

O arranjo industrial catarinense evoluiu em anos recentes. Setores que se concentravam em determinadas regiões passaram a se desenvolver também em outras. Um bom exemplo é a indústria metalmeccânica, que tem hoje grande expressão no Oeste, assim como a indústria moveleira, de confecção, química, e os polos de TIC, que se constituíram em algumas regiões do Estado.

O vigor industrial influencia o desenvolvimento dos outros setores da economia em Santa Catarina. Com cinco portos, utilizados pela indústria para importação de matérias-primas e exportação de bens e produtos, o Estado transformou-se num dos maiores polos logísticos brasileiros, movimentando o setor de serviços. O complexo portuário de Itajaí, o segundo maior do País em movimentação de contêineres, escoia grande parte da produção da agroindústria catarinense (destaque para carne de frangos, de suínos, e fumo), que agrega valor à produção primária e, sustenta mais de 90 mil famílias no campo.

A forte vocação industrial e o desenvolvimento diferenciado do Estado corroboram a tese de que indústria e desenvolvimento andam juntos. A indústria exerce efeito multiplicador sobre o crescimento econômico como um todo. A necessidade constante de atualização tecnológica e da produção de inovações associa indústria e tecnologia de ponta, o que gera novas demandas por recursos humanos qualificados e bem remunerados. O processo resulta em ganhos de produtividade, única forma de ampliar a geração de riquezas no País, que se encontra em situação de quase pleno emprego e de baixo crescimento.

A equação é conhecida. O Relatório de Desenvolvimento Industrial das Nações Unidas, de 2009, baseado na experiência de 159 países (121 deles em desenvolvimento), reconhece que a produção e a exportação de manufaturas têm se constituído o caminho mais viável para a superação de problemas sociais e o desenvolvimento socioeconômico. É por isso que a indústria deve estar no centro das estratégias governamentais para promoção do desenvolvimento. Ao colaborar com a sua competitividade, o Estado investe na qualidade de vida e constrói um futuro auspicioso para os catarinenses.



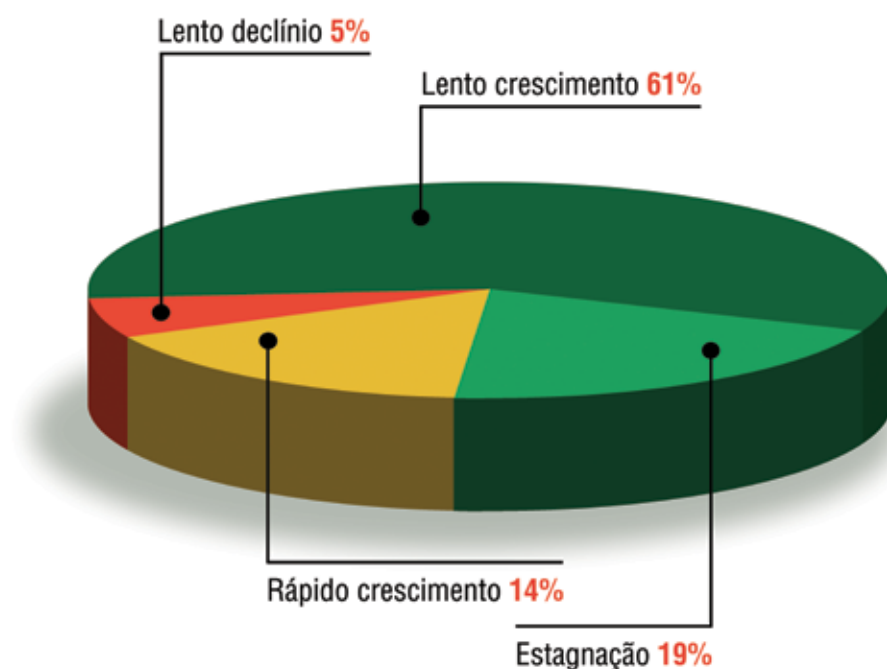
>> Santa Catarina deve crescer mais. A forma de alcançar este crescimento é por meio da qualificação dos recursos humanos, redução da burocracia e melhorias em infraestrutura e logística.

A visão empresarial

Quase 80% dos industriais catarinenses percebem que o Estado está em processo de crescimento econômico, mas, para a maior parte deles (61%), o ritmo de crescimento é lento. Isso pode significar a perda de oportunidades em um mundo altamente globalizado. Já se foi o tempo em que se competia localmente. É preciso crescer mais rápido para acompanhar o mundo em suas transformações.

Percepção do ritmo de crescimento

Fonte: Pesquisa FIESC-MAPA (2014)



O crescimento do Estado é, em grande parte, resultado dos investimentos dos empresários locais, segundo a pesquisa. Para 67,5% dos industriais, é esse o principal motor do desenvolvimento estadual. As citações subsequentes apontam fatores como o nível de demanda do mercado interno, investimentos de outros estados e países e uso de inovação das indústrias. Somente um quarto dos empresários da indústria citaram fatores como incentivos fiscais, acesso ao crédito e condições naturais do Estado como fatores impulsionadores do crescimento.

De outro lado, o maior entrave ao crescimento de Santa Catarina, na visão dos industriais catarinenses, é a falta de pessoal qualificado para atendimento das necessidades das empresas. O fator humano também foi citado como o principal ponto fraco da indústria catarinense (falta de trabalhadores qualificados e baixa escolaridade do trabalhador). A lista de principais barreiras ao crescimento se completa com excesso de burocracia, falta de incentivos e infraestrutura precária.

Entraves ao crescimento

Fonte: Pesquisa FIESC-MAPA (2014)



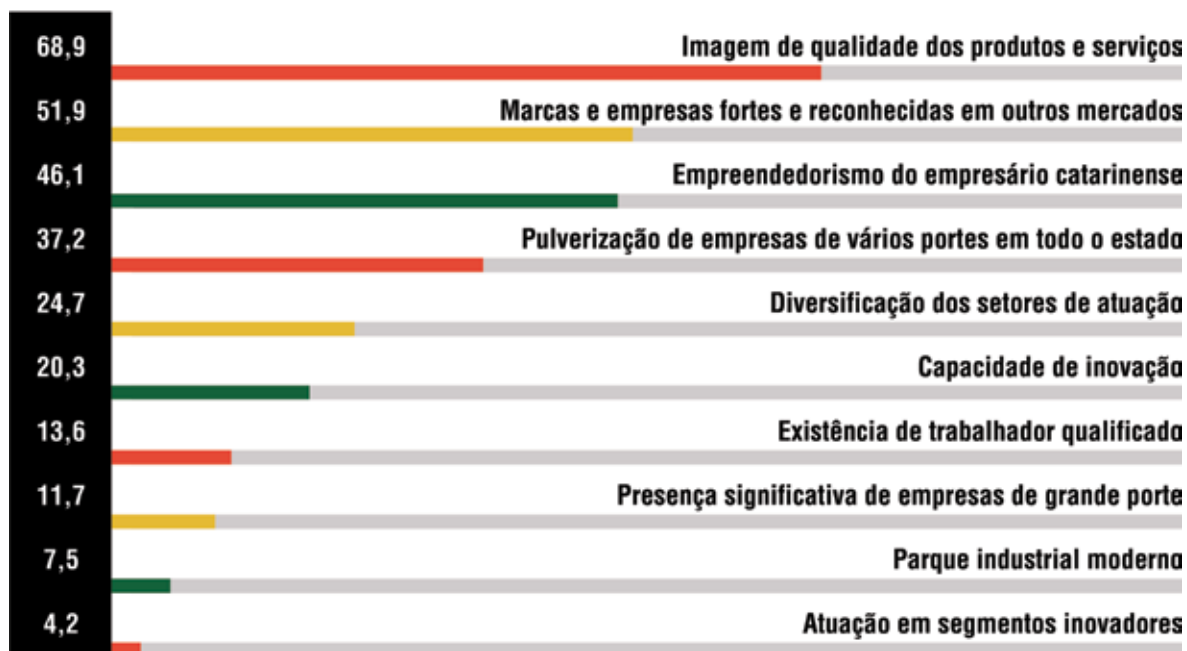
Ainda, na visão dos industriais catarinenses, os pontos cruciais em que o Governo deve agir são: aprimorar o ambiente institucional; melhorar a qualidade da educação; desonerar e desburocratizar a produção e as transações comerciais, os negócios; oferecer incentivos fiscais; e aperfeiçoar e ampliar a infraestrutura logística. Também foram bastante citados aspectos relativos a uma maior capacidade política do Estado em angariar mais recursos federais, ao estabelecimento de uma política industrial e à melhoria da gestão pública. Esses são os principais temas transversais apontados na pesquisa, independentemente da região.

O mais importante a se atacar na questão da infraestrutura logística é a pavimentação, duplicação e conservação das estradas, item citado por dois terços dos entrevistados. Em seguida vem a diversificação dos modais de transporte, com ênfase para o transporte ferroviário. Já em relação aos incentivos fiscais, estes devem ser oferecidos, principalmente, à capacidade já instalada no Estado e que, portanto, já contribui para o desenvolvimento catarinense. Incentivos são necessários, também, para viabilizar a inovação tecnológica e para as micro e pequenas empresas.

Já as oportunidades de crescimento do Estado, certamente, passam por potencializar os pontos fortes da indústria, aqueles que podem se constituir em diferenciais capazes de agregar valor e abrir novos mercados. A percepção de qualidade, associada aos produtos e serviços catarinenses, é um diferencial para sete em cada dez entrevistados, assim como o reconhecimento das marcas originárias do Estado como sendo “fortes”. O empreendedorismo do empresário catarinense também é percebido como um ponto positivo.

Pontos fortes da indústria catarinense

Fonte: Pesquisa FIESC-MAPA (2014)



Para que sejam aproveitadas as oportunidades existentes no mundo, em sintonia com os pontos fortes da indústria, a questão mais importante é a ênfase na inovação tecnológica e na abertura e consolidação de mercados externos. Quanto às ameaças existentes ao desenvolvimento industrial, dois terços dos respondentes citaram a entrada de produtos importados de baixo custo. Em segundo lugar, coloca-se a insuficiência dos investimentos públicos em infraestrutura. Outros itens ameaçadores são a guerra fiscal entre estados e incentivos fiscais a indústrias de outras localidades, que se instalam em Santa Catarina, sem que haja equiparação de condições para as indústrias locais do mesmo segmento.



>> As principais ações de Governo que podem alavancar a competitividade catarinense.

Agenda da Indústria

O maior desafio para a continuidade do processo de desenvolvimento do Estado, aproveitando as oportunidades existentes e contornando ou superando as ameaças que se apresentam, consiste em estar preparado para as mudanças rápidas pelas quais passa o mundo, sejam elas tecnológicas, sociais, políticas ou econômicas. Já a melhor forma de antever as mudanças e se preparar para aproveitá-las é por meio de planejamento.


Planejar o futuro de Santa Catarina é papel essencial do Estado, que conta com a parceria da FIESC para a tarefa. Este documento é mais uma contribuição nesse sentido. A agenda proposta permite a aproximação entre a realidade das indústrias e a formulação de políticas condizentes, além de orientar o desenvolvimento.

A Agenda da Indústria está organizada em dois grandes eixos. O primeiro abarca os temas transversais, comuns a todas as regiões de Santa Catarina. São nove esses temas, sendo que, para cada um deles, há um conjunto de propostas. O segundo eixo é o regional, que envolve as propostas da indústria, organizadas de acordo com as seis mesorregiões do Estado. A Carta da Indústria Catarinense tem como foco as agendas relevantes para o Estado. Apenas algumas demandas prioritárias de abrangência federal estão contempladas no presente documento, uma vez que as demandas completas de âmbito do Governo Federal foram destacadas na “Proposta da Indústria para as eleições 2014”, elaborada pela CNI.

I. AGENDAS TRANSVERSAIS

1 – Educação

A superação das fragilidades da Educação nos aspectos relacionados à escolaridade, qualidade e qualificação profissional, equidade e eficiência do ensino é fundamental para repercutir, positivamente, na qualidade de vida do trabalhador e no crescimento sustentável da indústria.



Abrangência Estadual
Melhorar os indicadores de qualidade da Educação Básica, principalmente aqueles relacionados à proficiência em Língua Portuguesa, Matemática e Ciências.
Oferecer oportunidades igualitárias de acesso à educação e qualificação nas distintas mesorregiões do Estado.
Investir na ampliação da oferta de educação profissional com vistas a atender as demandas das indústrias e dos demais setores produtivos de todas as mesorregiões do Estado.
Oportunizar aos trabalhadores com déficit escolar o acesso, a permanência e conclusão da Educação Básica.
Garantir aos jovens o prosseguimento de estudos para conclusão do Ensino Médio.
Criar incentivos para que as indústrias promovam o desenvolvimento profissional de seus trabalhadores.
Abrangência Federal
Apoiar a modernização dos currículos de Engenharia.
Aprimorar as condições para que as escolas possam entregar melhores resultados.
Capacitar as crianças e jovens para participarem da era do conhecimento.
Reduzir a disparidade de educação.
Educar e treinar melhor, em larga escala e a baixo custo.
Adaptar o sistema educacional à mudança demográfica.
Capacitar trabalhadores maduros para que sejam parte da solução.
Aumentar a atratividade dos cursos de formação profissional para os jovens.

2 – Infraestrutura e logística

O investimento em infraestrutura deve ser alavancado para acelerar o crescimento da economia.

a) Transporte e logística

Abrangência Estadual

Realizar planejamento sistêmico e integrado da infraestrutura de transporte e logística.

Criar ambiente favorável para investimentos privados em infraestrutura de transporte, inclusive por intermédio de parcerias público privadas.

Promover implantação, manutenção, ampliação e modernização das malhas ferroviária, rodoviária e dutoviária, inclusive no que diz respeito aos acessos marítimos e terrestres aos portos, aeroportos e infraestrutura de armazenagem e distribuição.

Atualizar o plano aeroviário catarinense e modernizar a infraestrutura aeroviária.

Melhorar a segurança nas rodovias estaduais e realizar campanhas de educação no trânsito.

Ampliar o planejamento e investimentos na área de mobilidade urbana.

Realizar o planejamento dos acessos ferroviários aos Portos Catarinenses, considerando os novos trechos previstos (Ferrovia Litorânea e Leste/Oeste).

Estudar construções de terminais intermodais.

Realizar estudo sobre o potencial para o transporte hidroviário do Estado.

Melhorar o programa de sinalização das rodovias catarinenses.

Promover a gestão privada Portuária e Aeroportuária Catarinense.

Abrangência Federal

Aparelhar e fortalecer as Agências Reguladoras na área de transporte para que sejam independentes e eficientes na fiscalização e defesa dos interesses dos usuários.

Promover manutenção e restauração de rodovias federais no Estado de Santa Catarina.

Inserir Santa Catarina nos corredores ferroviários, previstos no Programa de Investimentos em Logística – PIL.

Melhorar o programa de sinalização das rodovias federais em Santa Catarina.

Mobilizar as concessionárias e a Agência Nacional de Transporte Terrestre - ANTT para melhorar a eficiência do fluxo de veículos de carga e de passageiros nas áreas metropolitanas do Estado.

Melhorar a gestão das obras do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, no Estado.

Implementar os eixos ferroviários: Ferrovia da Integração (ligando o Oeste ao litoral), Ferrovia Norte/Sul e a Ferrovia Litorânea.

Promover a integração ferroviária entre os portos catarinenses e a malha ferroviária nacional.

b) Energia

Abrangência Estadual

Defender, junto à União, a importância de uma Política Industrial para o Carvão Mineral.

Tornar mais ágil o processo de licenciamento ambiental dos projetos de geração, transmissão e distribuição de energia em Santa Catarina.

Dar prioridade à redução de tributos estaduais nas tarifas de energia elétrica.

Buscar alternativas de suprimento de gás natural para a Região Sul: Instalação de um terminal de recebimento, armazenagem e regaseificação de GNL em Santa Catarina; gaseificação do carvão mineral e aproveitamento do gás do pré-sal e gás não convencional.

Promover a eficiência energética.

Realizar planejamento da infraestrutura energética do Estado.

Melhorar a qualidade e confiabilidade da rede de abastecimento de energia elétrica no Estado.

Fortalecer e aparelhar a Agência Reguladora de Serviços Públicos de Santa Catarina – AGESC.

Buscar a modicidade tarifária nos suprimentos de gás natural e energia elétrica.

Abrangência Federal

Definir uma política industrial para o Carvão Mineral, visando à geração de energia e demais aplicações.

Ampliação do Gasoduto Bolívia-Brasil e construção de novos gasodutos de transporte - inclusão no Plano Decenal de Expansão da Malha de Transporte Dutoviário do Governo Federal – PEMAT.

Garantir maior segurança energética – implementação de leilões regionais de geração de energia, aproveitando as fontes energéticas disponíveis na região, principalmente o carvão mineral.

Definir uma política tarifária para o gás natural.

Fortalecer as agências reguladoras de energia.

Buscar a modicidade tarifária nos suprimentos de gás natural e energia elétrica.


c) Telecomunicações

Abrangência Estadual

Melhorar a qualidade e abrangência das telecomunicações no Estado, ampliando a sua infraestrutura, inclusive as redes de fibra ótica.

3 – Tributação

A carga tributária deve ser reduzida com vistas a se tornar mais adequada, o sistema tributário mais moderno e o retorno dos tributos mais visível.



Abrangência Estadual
Ampliar a política fiscal diferenciada para regiões com menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) no Estado (Extremo Oeste, Meio Oeste, Serrana).
Manutenção do PRODEC – Programa de Desenvolvimento da Empresa Catarinense e PROEMPREGO – Programa Pró-emprego.
Iniciar um programa de redução gradativa das alíquotas do ICMS.
Reduzir e simplificar as obrigações fiscais acessórias.
Promover políticas de incentivo às linhas de produtos considerados de alta tecnologia.
Desonerar tributos estaduais incidentes sobre os investimentos e exportações.
Abrangência Federal
Simplificar o sistema tributário.
Equacionar a questão dos incentivos fiscais no âmbito do ICMS.
Reduzir os tributos e encargos sobre energia, transporte e logística.
Desonerar tributos incidentes sobre os investimentos e exportações.

4 – Inovação

Caminho para a diferenciação e a competitividade, a inovação precisa do apoio do Setor Público.

Abrangência Estadual
Desenvolver polos tecnológicos voltados às atividades econômicas preponderantes de cada mesorregião.
Incentivar a implementação de incubadoras e parques tecnológicos voltados às empresas inovadoras (startups) de alta tecnologia.
Promover maiores incentivos aos setores de tecnologia e inovação, com criação de áreas de implantação ofertadas pelo Poder Público, com comodato por tempo determinado para serem incorporadas ao patrimônio das empresas.
Rever os incentivos, de forma a recolocar Santa Catarina em posição competitiva em relação a custos para realização de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I).
Desenvolver e implementar políticas de atração de centros de PD&I para o Estado.
Promover ambiente institucional favorável à atração de empresas inovadoras para o Estado.
Investir na melhoria da infraestrutura de pesquisa aplicada nas Universidades Estaduais.
Incentivar a Universidade Estadual no atendimento às demandas do Setor produtivo.
Fortalecer as instituições de apoio à pesquisa, especialmente à pesquisa aplicada.
Fomentar a cultura corporativa da inovação.
Ampliar as parcerias tecnológicas internacionais.
Promover o acesso aos recursos direcionados à tecnologia com juros mais baixos.
Facilitar o acesso aos financiamentos à inovação para as micro e pequenas empresas, com a criação de fundo garantidor de créditos.
Abrangência Federal
Reforçar os incentivos à inovação.
Flexibilizar o acesso aos benefícios de inovação para micro e pequenas empresas.
Alterar a Lei do Bem e a Lei do Simples para estender o benefício Fiscal às empresas que operam pelo Regime de Lucro Presumido, e às empresas que optam pelo Simples Nacional.

5 – Representação Política

Santa Catarina precisa melhorar e expandir a captação de recursos federais.




Abrangência Estadual

Reforçar a cobrança de investimentos federais em infraestrutura em Santa Catarina.

Incentivar e propor a redefinição da partilha da arrecadação dos tributos federais (novo Pacto Federativo).

6 – Políticas de desenvolvimento

É essencial identificar oportunidades, vencer os desafios, planejar o futuro do Estado e criar mecanismos para a sua realização.



Abrangência Estadual
Utilizar o Programa de Desenvolvimento Industrial Catarinense – PDIC 2022 como um dos pilares para orientar a política de investimentos do Estado.
Implementar uma “agenda da urgência”, com medidas transversais e corretivas, capazes de ajudar a reverter o quadro de baixa competitividade da indústria.
Implementar políticas específicas para melhorar as condições socioeconômicas das regiões menos desenvolvidas do Estado.
Fortalecer o adensamento de cadeias produtivas por meio dos Polos de Inovação.
Facilitar o acesso ao crédito às micro e pequenas empresas com a viabilização de fundo garantidor de crédito.
Utilizar bancos estaduais e regionais para fomento e financiamento com juros e prazos competitivos.
Promover maior agilidade na abertura de empresas e redução da burocracia em mudanças de contrato social.
Estimular a abertura de linhas de microcrédito, com foco no empreendedorismo entre a população de baixa renda.
Criar ambiente institucional favorável à viabilização das Parcerias Público Privado no Estado.
Realizar ações capazes de reduzir o processo de litoralização, promovendo o maior equilíbrio de desenvolvimento regional.

7 – Meio ambiente

É necessário encontrar meios eficazes de harmonizar o desenvolvimento econômico com a sustentabilidade ambiental.



Abrangência Estadual

Fortalecer e compatibilizar regras e procedimentos dos órgãos ambientais, para maior agilidade nos processos de licenciamento.

Assegurar a participação da indústria na discussão e construção de regulamentações sobre o tema.

Padronizar diretrizes, condutas e aplicações das normas pelas agências de controle ambiental.

Estabelecer Planos de Investimentos para o setor de saneamento.

Realizar investimentos em medidas de contenção e mitigação dos efeitos dos desastres naturais.

Promover incentivos fiscais para implantação de empresas de base tecnológica para desenvolvimento de tecnologias para a reciclagem e o aproveitamento de resíduos.

Criar mecanismos de incentivo fiscal para empresas que utilizam materiais reciclados.

Incentivar as empresas que adotam boas práticas socioambientais, por meio da prorrogação dos prazos de renovação das licenças de operação e disponibilização de linhas de investimentos atrativas na área.

Fortalecer os incentivos econômicos para viabilizar a implantação de programas de produção mais limpa.

Estabelecer política para a atividade de reflorestamento e uso da biodiversidade.

Fortalecer e aparelhar os órgãos ambientais para maior celeridade e eficiência nos processos de licenciamento.

Definir, com clareza, as competências entre as esferas federal, estadual e municipal, preservando a autonomia estadual e municipal.

Abrangência Federal

Fortalecer e aparelhar os órgãos ambientais para maior celeridade e eficiência nos processos de licenciamento.

Promover a informatização, de forma integrada, de todo o processo de licenciamento ambiental.

Criar linhas de financiamento para estimular a adoção de práticas que reduzam as emissões de gases do efeito estufa.

Estimular projetos de reutilização da água e de captação da água da chuva para os processos industriais.

Promover incentivos fiscais para implantação de empresas de base tecnológica para desenvolvimento de tecnologias para a reciclagem e o aproveitamento de resíduos.

Criar mecanismos de incentivo fiscal para empresas que utilizam materiais reciclados.

Definir, com clareza, as competências entre as esferas federal, estadual e municipal, preservando a autonomia estadual e municipal.

8 – Relações trabalhistas

A legislação trabalhista deve se ajustar às mudanças que ocorrem no mundo do trabalho e no setor produtivo.

Abrangência Federal

Permitir a redução do limite de uma hora para repouso ou alimentação, por meio de acordo ou convenção coletiva, para atender às especificidades de cada empresa, setor ou região, bem como os anseios dos trabalhadores.

Revisar mecanismos de concessão do seguro-desemprego, de modo a condicioná-lo à qualificação e à disponibilidade do trabalhador em recolocar-se formalmente no mercado de trabalho, para incentivar a constante qualificação e requalificação de trabalhadores, e reduzir o volume de demissões ocasionadas pelo interesse em acessar o benefício.

Isentar de encargos previdenciários os incentivos e as bolsas de estudo, concedidas por empresas aos trabalhadores, vinculadas às atividades desenvolvidas no trabalho, inclusive para ensino superior e cursos de qualificação e capacitação, como forma de incentivo à oferta desse tipo de benefício pelas empresas a seus empregados.

Isentar expressamente o aviso-prévio indenizado da contribuição previdenciária para contemplar a segurança jurídica e desonerar o trabalho.

Extinguir a multa adicional de 10% sobre o Fundo de Garantia sobre Tempo de Serviço (FGTS), nos casos de demissão sem justa causa.

Reduzir a burocracia trabalhista.

Apoiar a modernização e adequação da legislação trabalhista à nova realidade produtiva e às exigências da competitividade.

Promover a regulamentação do uso da terceirização no processo produtivo.

Buscar maior segurança jurídica nas rescisões trabalhistas.

Valorizar e fortalecer a negociação coletiva.

Avaliar o eSocial não só como instrumento de proteção do trabalhador, mas também de redução de custos e de garantia da competitividade das empresas.

Revisar as Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego que estão em desacordo com a realidade da atividade industrial.

9 – Internacionalização

O amplo acesso ao mercado internacional é chave para qualquer projeto de desenvolvimento econômico.



Abrangência Estadual

Apoiar a promoção dos produtos catarinenses em mercados internacionais.

Apoiar e gerir ações e projetos voltados à promoção da cultura exportadora alinhados com o Plano Nacional de Cultura Exportadora.

Desburocratizar e reduzir custos estaduais nas atividades internacionais das indústrias catarinenses.

Proporcionar melhorias e minimizar custos na infraestrutura logística internacional.

Oferecer incentivos fiscais diferenciados às micro e pequenas empresas voltadas à atividade exportadora.

Criar uma política de apoio às micro e pequenas empresas para exportação.

Abrangência Federal

Desburocratizar e simplificar o processo de exportação.

Desonerar tributos sobre a exportação.

II. AGENDAS REGIONAIS



O Estado de Santa Catarina é dividido em seis mesorregiões: Oeste, Norte, Serrana, Vale do Itajaí, Grande Florianópolis e Sul. Suas agendas referentes à educação, política de desenvolvimento, representação política, meio ambiente, inovação, à internacionalização, tributação e às relações trabalhistas, são compartilhadas, por isso estão apontadas apenas nas demandas transversais. Muito das agendas de infraestrutura também são compartilhadas pelas mesorregiões, dessa forma, também estão contempladas nas agendas transversais. Algumas agendas de infraestrutura são específicas e estão listadas a seguir.

Agenda das mesorregiões

Oeste

Infraestrutura de Logística e Transporte

Abrangência Estadual

Promover manutenção e recuperação das rodovias regionais de acesso aos principais eixos rodoviários nacionais.

Ampliar, restaurar e modernizar as condições de operação dos Aeroportos Regionais (Caçador, Chapecó, Concórdia, Itapiranga, Joaçaba, São Miguel do Oeste, Videira e Xanxerê).

Melhorar o fornecimento de energia, água e saneamento.

Abrangência Federal

Adequar a capacidade da BR 282, nas travessias urbanas de Xanxerê, Pinhalzinho, Maravilha e Ponte Serrada.

Realizar estudo de viabilidade econômica, técnica e ambiental para duplicar a BR 282, do extremo Oeste até a BR 116.

Duplicar o trecho de São Miguel do Oeste a Dionísio Cerqueira, da BR 163.

Construir o Viaduto de Catanduvás, na BR 282.

Implementar os eixos ferroviários: Ferrovia da Integração (ligando o Oeste ao litoral), Ferrovia Norte/Sul, e a Ferrovia Litorânea.

Agenda das mesorregiões

Norte

Infraestrutura de Logística e Transporte

Abrangência Estadual

Promover manutenção e recuperação das rodovias regionais de acesso aos principais eixos rodoviários nacionais.

Ampliar, restaurar e modernizar as condições de operação dos Aeroportos Regionais (Mafra, São Francisco do Sul e Três Barras).

Ampliar e modernizar a infraestrutura do Porto de São Francisco.

Abrangência Federal

Duplicar a BR 280, no trecho de São Francisco do Sul-Jaraguá do Sul.

Melhorar o trecho da BR 280, de Canoinhas a Porto União.

Construir viaduto de acesso a Schroeder, na BR 280.

Construir viaduto de entroncamento entre as BRs 116 e 280.

Desenvolver projeto de alça de contorno Rodoviário de Garuva.

Realizar obras de dragagem e derrocagem no Porto de São Francisco do Sul.

Construir o Berço 401/a do Porto de São Francisco do Sul.

Ampliar calado do canal de acesso à Baía da Babitonga.

Ampliar, restaurar e modernizar as condições de operação do Aeroporto de Joinville.

Revitalizar o trecho ferroviário Mafra – São Francisco do Sul.

Concluir contornos ferroviários nos municípios de Joinville, São Francisco do Sul e Jaraguá do Sul.

Construir acesso rodoferroviário ao Porto de São Francisco do Sul (Pera).

Implementar os eixos ferroviários: Ferrovia da Integração (ligando o Oeste ao litoral) e a Ferrovia Litorânea.

Agenda das mesorregiões

Serrana

Infraestrutura de Logística e Transporte

Abrangência Estadual

Ampliar, restaurar e modernizar as condições de operação dos Aeroportos Regionais (Correia Pinto, Curitiba, Lages e São Joaquim).

Promover manutenção e recuperação das rodovias regionais de acesso aos principais eixos rodoviários nacionais, portos e aeroportos.

Abrangência Federal

Adequar a capacidade de tráfego da BR 282.

Concluir a travessia urbana de Lages (BR 282).

Pavimentar a SC 370 no trecho entre Santa Terezinha e Grão-Pará, possibilitando a ligação da BR 282 com a BR 101 (Serra do Corvo Branco).

Promover manutenção e adequação da capacidade de tráfego da BR 116.

Agenda das mesorregiões

Vale do Itajaí

Infraestrutura de Logística e Transporte

Abrangência Estadual

Promover manutenção e recuperação das rodovias regionais de acesso aos principais eixos rodoviários nacionais, portos e aeroportos.

Pavimentar a BR 486, entre Vidal Ramos e Brusque.

Duplicar a BR 486, entre Brusque e Itajaí.

Ampliar, restaurar e modernizar as condições de operação dos Aeroportos de Blumenau e Lontras.

Abrangência Federal

Ampliar e modernizar a infraestrutura e os acessos marítimos e terrestres do complexo Portuário do Rio Itajaí-Açu (conclusão da via expressa portuária de Itajaí, dragagem de manutenção, nova bacia de evolução).

Duplicar e adequar a capacidade de tráfego da BR 470, entre Navegantes e Indaial.

Instalar sinalização náutica no complexo portuário do Rio Itajaí-Açu.

Ampliar e modernizar a pista do Aeroporto de Navegantes.

Realizar estudo de viabilidade técnica, econômica e ambiental para a duplicação do trecho da BR 470, de Indaial até a BR 116, e iniciar as obras.

Construir Viaduto de acesso a Lontras, na BR 470.

Construir as Pontes de Ilhota e Gaspar, na BR 470.

Construir o Anel Rodoviário de Gaspar, na BR 470.

Implementar os eixos ferroviários: Ferrovia da Integração (ligando o Oeste ao litoral), Ferrovia Norte/Sul, e Ferrovia Litorânea.

Agenda das mesorregiões

Grande Florianópolis

Infraestrutura de Logística e Transporte

Abrangência Estadual

Promover a multimodalidade (utilização dos diversos modais de transporte).

Concluir a obra de acesso ao Aeroporto Hercílio Luz.

Realizar planejamento do transporte urbano na Região Metropolitana.

Abrangência Federal

Concluir o contorno viário da Grande Florianópolis.

Adequar a capacidade da Via Expressa de acesso a Florianópolis - BR 282.

Concluir o novo Terminal de Passageiros no Aeroporto Hercílio Luz.

Agenda das mesorregiões

Sul

Infraestrutura de Logística e Transporte

Abrangência Estadual

Iniciar as operações do Aeroporto de Jaguaruna, realizar as obras de alargamento da pista e do terminal de cargas e projetar a construção de pistas Fastways e a ampliação do pátio das aeronaves.

Ampliar, restaurar e modernizar as condições de operação dos Aeroportos Regionais (Forquilha e Laguna).

Abrangência Federal

Ampliar e modernizar a infraestrutura e os acessos marítimos e terrestres do Porto de Imbituba (recuperação do molhe de abrigo, dragagem para 17 metros e reforma e ampliação do berço três e acesso rodoviário).

Dar celeridade à conclusão da duplicação da BR 101, trecho sul.

Pavimentar trecho da BR 285 (divisa SC/RS a Timbé do Sul).

Construir o anel rodoviário de Criciúma.

Realizar obras de molhe de abrigo no Porto de Laguna.

Promover melhorias na Ferrovia Teresa Cristina.

Construir nova ponte em Tubarão, em substituição à Ponte Cavalcante.

Investir na manutenção e conservação dos lotes já concluídos na BR 101, sentido Sul.

Implementar o eixo ferroviário litorâneo.

FIESC

Presidente – Glauco José Côrte
1º Vice-Presidente – Mario Cezar de Aguiar
Diretor 1º Secretário – Edvaldo Ângelo
Diretor 2º Secretário – Cid Erwin Lang
Diretor 1º Tesoureiro – César Murilo Barbi
Diretor 2º Tesoureiro – Carlos Toniolo

Vice-Presidentes para Assuntos Regionais

Gilberto Seleme – Centro-Norte
Alfredo Piotrovski – Litoral Sul
Rui Altenburg – Vale do Itajaí
Álvaro Luis de Mendonça – Alto Uruguai Catarinense
Tito Alfredo Schmitt – Sudeste
Lino Rohden – Alto Vale do Itajaí
Célio Bayer – Vale do Itapocu
Diomício Vidal – Sul
Giordan Heidrich – Serra Catarinense
Anselmo Zanellato – Centro-Oeste
Astor Kist – Extremo-Oeste
Maurício Cesar Pereira – Foz do Rio Itajaí
Waldemar Antonio Schmitz – Oeste
Arnaldo Huebl – Planalto Norte
Evair Oenning – Norte-Nordeste

Vice-Presidentes para Assuntos Estratégicos

Michel Miguel
Mário Lanznaster
Ney Osvaldo Silva Filho
Ingo Fischer

Diretores

Adalberto Roeder
Albano Schmidt
Aldo Apolinário João
Alexandre d'Ávila da Cunha
Amilcar Nicolau Pelaez
Bárbara Paludo
Carlos Alberto Barbosa Mattos
Carlos Frederico da Cunha Teixeira
Charles Alfredo Bretzke
Charles José Postali
Conrado Coelho Costa Filho
Dario Luiz Vitali
Egon Werner
Flavio José Martins
Ida Áurea da Costa
Israel José Marcon
Jacir Pamplona
Luiz Antônio Botega
Luiz Cesar Meneghetti
Olvacir José Bez Fontana
Osni Carlos Verona
Otmar Josef Müller
Pedro Leal da Silva Neto
Roberto Marcondes de Mattos
Walgenor Teixeira

Conselho Fiscal

Efetivos

Leonir João Pinheiro
Fred Rubens Karsten

Suplentes

Amauri Eduardo Kollross
Celso Panceri
Flávio Henrique Fett

Delegação junto à CNI

Efetivos

Glauco José Côrte
Alcantaro Corrêa

Suplentes

Mario Cezar de Aguiar
João Stramosk

CIESC

Presidente – Glauco José Côrte
Vice-Presidente – Mario Cezar de Aguiar
Diretora 1ª Secretária – Sílvia Hoepcke da Silva
Diretor 2º Secretário – José Fernando da Silva Rocha
Diretor 1º Tesoureiro – Luciano Flávio Andriani
Diretor 2º Tesoureiro – Aldo Nienkötter

Conselho Consultivo

Adolfo Fey
César Gomes Junior
Cláudio Roberto Grando
Evandro Müller de Castro
Hilton Siqueira Leonetti
Jair Philippi
João Paulo Schmalz
José Adami Neto
Nivaldo Pinheiro
Noiodá José Damiani
Odelir Battistella
Rafael Boeing

Conselho Fiscal

Efetivos

Ademar Avi
Juarez de Magalhães Rigon
Marcelo Rodrigues

Suplentes

Luiz Gonzaga Coelho
Márcio Anselmo Ribeiro
Marconi Leonardo Pascoali

SESI

Conselho Regional de Santa Catarina

Presidente – Glauco José Côrte
Vice-Presidente – Mario Cezar de Aguiar
Representante da FIESC – Henrique de Bastos Malta

Representantes da Indústria

Titulares

Luis Carlos Guedes
Luis Eduardo Broering
Maria Regina de Loyola R. Alves
Ulrich Kuhn

Suplentes

Ademir José Pereira
Eliezer da Silva Matos
Ramiro Cardoso
Elias Rogério Lunardi

Representantes Institucionais

Titulares

Carlos Artur Barboza – Trabalhadores na Indústria
Paulo César da Costa – Governo do Estado de Santa Catarina
Luiz Miguel Vaz Viegas – Ministério do Trabalho e Emprego

Suplentes

Altamiro Perdoná – Trabalhadores na Indústria
Sergio Luiz Gargioni – Governo do Estado de Santa Catarina
Alberto Roberge Caus – Ministério do Trabalho e Emprego

SENAI

Conselho Regional de Santa Catarina

Presidente – Glauco José Côrte
Vice-Presidente – Mario Cezar de Aguiar
Representante da FIESC – Helio César Bairros

Representantes da Indústria

Titulares

César Augusto Olsen
Sergio Augusto Carvalho da Silva
Hilton José da Veiga Faria
Ronaldo Baumgarten Júnior

Suplentes

Cláudio Luis Kurth
Osvaldo Luciani
Orlândio da Silva
Vincenzo Francesco Mastrogiacomo

Representantes Institucionais

Titulares

Luiz Miguel Vaz Viegas – Ministério do Trabalho e Emprego
Maria Clara Kaschny Schneider – Ministério da Educação
Ari Oliveira Alano – Representante dos Trabalhadores da Indústria

Suplentes

Alberto Roberge Caus – Representante do Ministério do Trabalho e Emprego
Silvana Rosa Lisboa de Sá – Representante do Ministério da Educação
Carlos Alberto Baldissera – Representante dos Trabalhadores da Indústria

IEL

Presidente – Glauco José Côrte
Vice-Presidente – Mario Cezar de Aguiar
Diretor Tesoureiro – Luciano Flávio Andriani
Representante da FIESC – Bárbara Paludo

Conselho Consultivo

Efetivos

Ângela Teresa Zorzo Dal Piva
Hans Heinrich Bethe
Lurivam Bortoli
Murilo Ghisoni Bortoluzzi
Vilmar Radin
Valter Ros de Souza

Suplentes

Álvaro Schwegler
Alceu Grade
Celso Marcolin
Eduardo Seleme
Heleny Mendonça Meister
Maury Santos Júnior
Orlândio da Silva

Conselho Fiscal

Efetivos

Ilton Paschoal Rotta
José Suppi
Marcus Schlösser

Suplentes

Almir Manoel Atanázio dos Santos
Marlene Pitt Dullius
Roseli Steiner Hang

Representantes Institucionais – Titulares

Felipe Castro do Couto – Representante do BRDE
Mário Cesar dos Santos – Representante da ACAFE
Sergio Luiz Gargioni – Representante da FAPESC
Carlos Alberto Schneider – Representante da Fundação CERTI
Elias Machado Gonçalves – Representante da UFSC
Anacleto Ortigara – Representante do SEBRAE
Nério Amboni – Representante da UDESC

Representantes Institucionais – Suplentes

Richard Cunha Schmidt – Representante do BRDE
Arno Bollmann – Representante da Fundação CERTI
Rozangela Curi Pedroza – Representante da UFSC
Marcondes da Silva Cândido – Representante do SEBRAE
Graziela Dias Alperstedt – Representante da UDESC
Aristides Cimadon – Representante da ACAFE
Sebastião Iberes Lopes – Representante da FAPESC

Diretoria Executiva

FIESC / SC

Rodrigo Carioni – Chefe de Gabinete
Henry Uliano Quaresma – Diretor de Relações Industriais
Carlos José Kurtz – Diretor Jurídico
Silvestre José Pavoni – Superintendente de Serviços Compartilhados
Carlos Henrique Ramos Fonseca – Gerente Executivo da Coordenadoria de Planejamento e Controle da Gestão
Carlos Roberto de Farias – Assessor de Comunicação e Marketing
Fernando Pisani de Linhares – Gerente Executivo da área de Auditoria

SENAI / SC

Sérgio Roberto Arruda – Diretor Regional
Antônio José Carradore – Diretor de Operações

SESI / SC

Fabrizio Machado Pereira – Superintendente

IEL / SC

Natalino Uggioni – Superintendente

Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina – FIESC
Glauco José Côrte – Presidente
Mario Cezar de Aguiar – 1º Vice-Presidente

Coordenadoria de Planejamento e Controle da Gestão – COPLAC

Coordenação Executiva

Carlos Henrique Ramos Fonseca – Gerente Executivo

Coordenação Técnica

Ana Cristina Gomes
Carolina Silvestri Cândido
Flávia Renata de Souza
Sidnei Manoel Rodrigues

REALIZAÇÃO DO ESTUDO

Autores

Adriana Abraham Sanchez
Carlos Jose Kurtz
Carolina Silvestri Cândido
Diego de Castro Vieira
Egídio Antônio Martorano
Elmar Meurer
Flávia Renata de Souza
Henry Uliano Quaresma
José Nazareno Rosa
Juliano Anderson Pacheco
Marcia Camilli
Maria Antônia Amboni
Moacir Rohling Volpato
Rodrigo Carioni
Sidnei Manoel Rodrigues
Tatiani Leal

Revisão

Judith Müller
Vladimir Brandão

FIESC
A FORÇA DA INDÚSTRIA CATARINENSE

Rodovia Admar Gonzaga, 2.765 - Itacorubi - Florianópolis - SC - CEP 88.034-001
Fone (48) 3231-4651 - Fax (48) 3231-4669
www.fiescnet.com.br

FIESC
A FORÇA DA INDÚSTRIA CATARINENSE